



DECRETO Nº 5.781, DE 27 DE ABRIL DE 2006.

Revogado pelo Decreto nº 10.755, de 2021

Tema para impressão

Regulamenta a Lei nº 9.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece sistematiza de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição; e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.313, de 23 de dezembro de 1991;

DECRETA:

CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - O Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC desenvolver-se-á mediante a realização de programas, projetos e ações culturais que concretizem os princípios da Constituição, em especial seus arts. 215 e 216 e que atendam às finalidades previstas no art. 1º e a pelo menos um dos objetivos indicados no art. 3º da Lei nº 9.313, de 23 de dezembro de 1991:

- Art. 2º - Na execução do PRONAC, serão apoiados programas, projetos e ações culturais destinados às seguintes finalidades:
  - I - valorizar a cultura nacional, considerando suas várias matrizes e formas de expressão;
  - II - estimular a expressão cultural dos diferentes grupos e comunidades que compõem a sociedade brasileira;
  - III - viabilizar a expressão cultural de todas as regiões do País e sua difusão em escala nacional;
  - IV - promover a preservação e o uso sustentável do patrimônio cultural brasileiro em sua dimensão material e imaterial;
  - V - incentivar a participação do acesso da população à fruição e à produção dos bens culturais;
  - VI - fomentar atividades culturais afirmativas que busquem erradicar todas as formas de discriminação e preconceito;
  - VII - desenvolver atividades que fortaleçam e articulem as cadeias produtivas e os arranjos produtivos locais que formam a economia da cultura;
  - VIII - apoiar as atividades culturais de caráter inovador ou experimental;
  - IX - promover a intercambialidade e o aperfeiçoamento de recursos humanos para a produção e a difusão cultural;
  - X - promover a difusão e a valorização das expressões culturais brasileiras no exterior, assim como o intercâmbio com outros países;
  - XI - estimular ações com vistas a valorizar artistas, mestres de culturas tradicionais, técnicos e estudiosos de cultura brasileira;
  - XII - contribuir para a implementação do Plano Nacional de Cultura e das políticas de cultura do Governo Federal; e
  - XIII - apoiar atividades com outras finalidades compatíveis com os princípios constitucionais e os objetivos preconizados pela Lei nº 9.313, de 1991, assim consideradas pelo Ministro de Estado da Cultura.

Art. 3º - A execução do PRONAC deverá obedecer às normas, diretrizes e metas estabelecidas em seu plano anual, que deverá estar de acordo com plano plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias:

Parágrafo único - O plano anual de que trata este artigo será elaborado pelo Ministério da Cultura, que publicará até o dia 30 de novembro do ano anterior aquele em vigor, e, de acordo com o disposto na Lei nº 9.313, de 1991, e neste Decreto, observadas as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Cultura:

- Art. 4º - Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:
  - I - proponente: as pessoas físicas e as pessoas jurídicas, públicas ou privadas, com atuação na área cultural, que proponham programas, projetos e ações culturais ao Ministério da Cultura;
  - II - beneficiário: o proponente de programa, projeto ou ação cultural favorecido pelo PRONAC;
  - III - incentivador: o contribuinte do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza, pessoa física ou jurídica, que efetua doação ou patrocínio em favor de programas, projetos e ações culturais aprovados pelo Ministério da Cultura, com vistas a incentivos fiscais, conforme estabelecido na Lei nº 9.313, de 1991;
  - IV - doação: a transferência definitiva e irrevogável de numerário ou bens em favor de proponente, pessoa física ou jurídica sem fins lucrativos, cujo programa, projeto ou ação cultural tenha sido aprovado pelo Ministério da Cultura;
  - V - patrocínio: a transferência definitiva e irrevogável de numerário ou serviços, com finalidade promocional, a cobertura de gastos ou a utilização de bens móveis ou imóveis do patrocinador, sem a transferência de domínio, para a realização de programa, projeto ou ação cultural que tenha sido aprovado pelo Ministério da Cultura;
  - VI - pessoa jurídica de natureza cultural: pessoa jurídica, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, cujo ato constitutivo disponha expressamente sobre sua finalidade cultural; e
  - VII - produção cultural educacional de caráter não comercial: aquela realizada por empresa de rádio e televisão pública ou estatal.

Art. 5º - O Ministério da Cultura poderá escolher, mediante processo público de seleção, os programas, projetos e ações culturais a serem financiados pelos mecanismos definidos no art. 2º da Lei nº 9.313, de 1991, podendo designar comitês técnicos para essa finalidade:

§ 1º - O montante dos recursos destinados aos processos públicos de seleção e a sua respectiva distribuição serão definidos em portaria do Ministério da Cultura, que será publicada no Diário Oficial da União; observado o estabelecido no plano anual do PRONAC:

§ 2º - As empresas patrocinadoras interessadas em aderir aos processos seletivos promovidos pelo Ministério da Cultura deverão informar, previamente, o volume de recursos que pretendem investir, bem como sua área de interesse, respetivos o montante e a distribuição dos recursos definidos pelo Ministério da Cultura:

§ 3º - A proposta de processos públicos para seleção de projetos realizada, de forma independente, por empresa patrocinadora deverá ser previamente informada ao Ministério da Cultura:

Art. 6º - Os procedimentos administrativos relativos à apresentação, recepção, seleção, análise, aprovação, acompanhamento, monitoramento, avaliação de resultados e emissão de laudo de avaliação final dos programas, projetos e ações culturais, no âmbito do PRONAC, serão definidos pelo Ministro de Estado da Cultura e publicados no Diário Oficial da União, observadas as disposições deste Decreto:

§ 1º - Nos casos de programas, projeto ou ações culturais que tenham como objeto a preservação do bem cultural tombado ou registrado pelos poderes públicos, em âmbito federal, estadual ou municipal, além do cumprimento das normas e a que se refere o caput, será obrigatória a apreciação pelo órgão responsável pelo respectivo tombamento ou registro, observada a legislação relativa ao patrimônio cultural:

§ 2º - Os programas, projetos e ações apresentados com vistas à utilização de um dos mecanismos de implementação do PRONAC serão analisados tecnicamente no âmbito do Ministério da Cultura, pelos seus órgãos ou entidades vinculadas, de acordo com a sua respectiva competência:

§ 3º - A avaliação técnica de que trata o § 2º deverá verificar, necessariamente, o atendimento das finalidades do PRONAC; a adequação dos custos propostos aos praticados no mercado, sem prejuízo dos demais aspectos exigidos pela legislação aplicável; a validade e apreciação subjetiva baseada em valores artísticos ou culturais:

§ 4º - A proposta com o parecer técnico será submetida, de acordo com a matéria a que esteja relacionada, à Comissão do Fundo Nacional de Cultura, criada pelo art. 14, ou à Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, e que se refere ao art. 36, que recomendará ao Ministro de Estado da Cultura e aprovação total, parcial ou a não aprovação do programa, projeto ou ação em questão:

§ 5º - Da decisão referida no § 4º caberá pedido de reconsideração dirigido ao Ministro de Estado da Cultura, no prazo de até dez dias contados da comunicação oficial ao proponente:

§ 6º - O pedido de reconsideração será apreciado pelo Ministro de Estado da Cultura em até sessenta dias contados da data de sua interposição, após manifestação do órgão responsável pela análise técnica e, se julgar oportuno, da Comissão competente:

Art. 7º - Os programas, projetos e ações culturais aprovados serão acompanhados e avaliados tecnicamente pelos órgãos competentes do Ministério da Cultura:

§ 1º - O Ministério da Cultura e suas entidades vinculadas poderão utilizar-se dos serviços profissionais de peritos, antes da aprovação; durante e ao final de execução dos programas, projetos e ações já aprovados, mediante a indenização de despesas com deslocamento e pagamento de pró-labore ou de ajuda de custo para viajantes, quando necessária:

§ 2º - O acompanhamento e a avaliação referidos neste artigo objetivam verificar a fiel aplicação dos recursos e dar-se-ão por meio de comparação entre os resultados esperados e atingidos; os objetivos previstos e alcançados; os custos estimados e os efetivamente realizados; além do aferimento da repercussão da iniciativa na sociedade, de forma a atender aos objetivos da Lei nº 9.313, de 1991; bem como ao disposto neste Decreto e no plano anual do PRONAC:

§ 3º - A avaliação referida no § 2º será ultimada pelo Ministério da Cultura, mediante expedição do laudo final de avaliação, devendo o beneficiário ser notificado da decisão ministerial resultante:

§ 4º - Da decisão a que se refere o § 3º caberá recurso ao Ministro de Estado da Cultura, no prazo de dez dias, contados da data em que o beneficiário tomou ciência da decisão ministerial e do correspondente laudo final de avaliação:

§ 5º - O recurso de que trata o § 4º será apreciado pelo Ministro de Estado da Cultura em até sessenta dias contados da data de sua interposição, após manifestação do órgão competente do Ministério:

§ 6º - No caso de não aprovação da execução dos programas, projetos e ações de que trata o § 3º, será estabelecido o prazo estimável necessário para a conclusão do objeto proposto:

§ 7º - Na ocorrência de programa, projeto ou ação estabelecido pelo Ministério da Cultura em prazos estabelecidos na Lei nº 9.313, de 1991, e adotadas as demais medidas administrativas cabíveis:

Art. 8º - As atividades de acompanhamento e avaliação técnica de programas, projetos e ações culturais poderão ser delegadas aos Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como a órgãos ou entidades da administração pública federal e dos demais entes federados, mediante instrumento jurídico que defina direitos e deveres mútuos:

Parágrafo único - A delegação prevista no caput, relativamente aos Estados, Distrito Federal e Municípios, dependerá de existência, no respectivo ente federado, de lei de incentivos fiscais ou de fundos específicos para a cultura, bem como de órgão colegiado com atribuição de análise de programas e projetos culturais em que a sociedade tenha representação no menos partitane em relação ao Poder Público e no qual as diversas áreas culturais e artísticas estejam representadas:

Art. 9º - O Ministério da Cultura deverá elaborar e publicar relatório anual de avaliação do PRONAC, relativo à avaliação dos programas, projetos e ações culturais referidos neste Decreto, enfatizando o cumprimento do disposto no plano anual do PRONAC:

Parágrafo único - O relatório de que trata este artigo integrará a tomada de contas anual do Ministério da Cultura, a ser encaminhada ao Tribunal de Contas da União.

CAPÍTULO II  
DO FUNDO NACIONAL DA CULTURA

Art. 10 - Os recursos do Fundo Nacional de Cultura poderão ser utilizados, observado o disposto no plano anual do PRONAC, da seguinte forma:

- I - recursos não reembolsáveis - para utilização em programas, projetos e ações culturais de pessoas jurídicas públicas ou privadas sem fins lucrativos;
- II - financiamentos reembolsáveis - para programas, projetos e ações culturais de pessoas físicas ou de pessoas jurídicas privadas, com fins lucrativos; por meio de agentes financeiros credenciados pelo Ministério da Cultura;
- III - concessão de bolsas de estudo, de pesquisa e de trabalho - para realização de cursos ou desenvolvimento de projetos, no Brasil ou no exterior;
- IV - concessão de prêmios;
- V - custeio de passagens e ajuda de custos para intercâmbio cultural, no Brasil ou no exterior;
- VI - transferência a Estados, Municípios e Distrito Federal para desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais, mediante instrumento jurídico que defina direitos e deveres mútuos; e
- VII - em outras situações definidas pelo Ministério da Cultura, enquadráveis nos arts. 1º e 3º da Lei nº 9.313, de 1991.

§ 1º - O Ministro de Estado da Cultura expedirá as instruções normativas necessárias para definição das condições e procedimentos das concessões previstas neste artigo e respectivas prestações de contas:

§ 2º - Para o financiamento reembolsável, o Ministério da Cultura definirá com os agentes financeiros credenciados a taxa de administração, os prazos de carência, os juros limitados, as garantias exigidas e as formas de pagamento, que deverão ser aprovadas pelo Banco Central do Brasil, conforme disposto no art. 2º da Lei nº 9.313, de 1991:

§ 3º - A taxa de administração a que se refere o § 2º não poderá ser superior e três por cento dos recursos disponíveis para financiamento:

§ 4º - Para o financiamento de que trata o § 2º, serão fixadas taxas de remuneração que, no mínimo, preservem o valor originalmente concedido, conforme o disposto no inciso IX do art. 5º da Lei nº 9.313, de 1991:

§ 5º - Os subsídios decorrentes de financiamentos realizados a taxas inferiores à taxa de captação dos recursos financeiros pelo Governo Federal devem ser registrados pelo Fundo Nacional de Cultura para constar na lei orçamentária e suas informações complementares:

§ 6º - Na operacionalização do financiamento reembolsável, o agente financeiro será qualquer instituição financeira, de caráter oficial, devidamente credenciada pelo Ministério da Cultura:

Art. 11 - A execução orçamentária, financeira e patrimonial do Fundo Nacional de Cultura, bem como a supervisão e coordenação das atividades administrativas necessárias ao seu funcionamento, serão exercidas em conformidade com o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 9.313, de 1991:

Art. 12 - O percentual de financiamento do Fundo Nacional de Cultura, limitado a oitenta por cento do custo total de cada programa, projeto ou ação cultural, será aprovado pelo Ministério da Cultura, mediante proposta da Comissão do Fundo Nacional de Cultura:

Parágrafo único - A contrapartida a ser obrigatoriamente oferecida pelo proponente, para fins de complementação do custo total do programa, projeto ou ação cultural deverá ser efetuada mediante aporte de numerário, bens ou serviços, ou comprovação de que está habilitado a obter o respectivo financiamento por meio de outra fonte devidamente identificada, vedada como contrapartida a utilização do mecanismo de incentivos fiscais previstos:

Art. 13 - A contrapartida será dispensada sempre que os recursos tenham sido depositados no Fundo Nacional de Cultura com destinação específica em origem, tais como:

- I - transferência de recursos e programas, projetos e ações culturais identificados pelo doador ou patrocinador por ocasião do depósito ao Fundo Nacional de Cultura, desde que correspondam ao custo total do projeto; e
- II - programas, projetos e ações identificados pelo autor de emendas aditivas ao orçamento do Fundo Nacional de Cultura, desde que o beneficiário seja órgão federal, desde que o valor da emenda corresponda ao custo total do projeto.

§ 1º - Os programas, projetos e ações culturais previstos nos incisos I e II não serão objeto de apreciação pela Comissão do Fundo Nacional de Cultura:

§ 2º - As entidades vinculadas ao Ministério da Cultura ficam dispensadas de apresentar contrapartida quando receberem recursos do Fundo Nacional de Cultura para o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais:

Art. 14 - Fica criada, no âmbito do Ministério da Cultura, a Comissão do Fundo Nacional de Cultura, a qual compete:

- I - avaliar e selecionar os programas, projetos e ações culturais que objetivem a utilização de recursos do Fundo Nacional de Cultura, de modo a subsidiar sua aprovação final pelo Ministro de Estado da Cultura;
- II - apreciar as propostas de editais a serem instituídos em caso de processo público de seleção de programas, projetos e ações a serem financiados com recursos do Fundo Nacional de Cultura, para homologação pelo Ministro de Estado da Cultura;
- III - elaborar a proposta de plano de trabalho anual do Fundo Nacional de Cultura, que integrará o plano anual do PRONAC; a ser submetido ao Ministro de Estado da Cultura para aprovação final de seus termos;
- IV - apreciar as propostas de plano de trabalho de entidades vinculadas ao Ministério da Cultura, com vistas à elaboração da proposta de que trata o inciso III;
- V - exercer outras atribuições estabelecidas pelo Ministro de Estado da Cultura.

Art. 15 - A Comissão do Fundo Nacional de Cultura será integrada:

- I - pelo Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, que a presidirá;
- II - pelos titulares das Secretarias do Ministério da Cultura;
- III - pelos presidentes das entidades vinculadas ao Ministério da Cultura; e
- IV - por um representante do Gabinete do Ministro de Estado da Cultura.

Art. 16 - A Comissão do Fundo Nacional de Cultura definirá em ato próprio, mediante proposta aprovada pela maioria absoluta de seus integrantes, as normas relativas à sua organização e funcionamento, que será homologado pelo Ministro de Estado da Cultura:

Art. 17 - Os programas, projetos e ações culturais de iniciativa própria do Ministério da Cultura, a serem financiados com recursos do Fundo Nacional de Cultura, deverão constar de seu plano anual, obedecendo o disposto no art. 5º, e serão apresentados à Comissão do Fundo Nacional de Cultura com orientamentos detalhados e justificativas referendadas, obrigatoriamente, pelo titular da unidade proponente ou seu substituto legal:

CAPÍTULO III  
DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS CULTURAIS E ARTÍSTICOS

Art. 18 - A Comissão de Valores Mobiliários - CVM disciplinar a constituição, o funcionamento e a administração dos Fundos de Investimentos Culturais e Artísticos - FICART, nos termos do art. 19 da Lei nº 9.313, de 1991:

Art. 19 - A CVM prestará informações ao Ministério da Cultura sobre a constituição dos FICART e seus respectivos agentes financeiros, inclusive quanto às suas áreas de atuação:

Art. 20 - Para receber recursos dos FICART, os programas, projetos e ações culturais deverão destinar-se:

- I - à produção e distribuição independentes de bens culturais e à realização de espetáculos artísticos e culturais;
- II - à construção, restauração, reforma, equipamento e operação de espaços destinados e atividades culturais, de propriedade de entidades com fins lucrativos; e
- III - a outras atividades comerciais e industriais de interesse cultural, assim consideradas pelo Ministério da Cultura.

Art. 21 - A aplicação dos recursos dos FICART far-se-á, exclusivamente, por meio de:

- I - contratação de pessoas jurídicas com sede no território brasileiro, tendo por finalidade exclusiva a execução de programas, projetos e ações culturais;
- II - participação em programas, projetos e ações culturais realizados por pessoas jurídicas de natureza cultural com sede no território brasileiro; e
- III - aquisição de direitos patrimoniais para exploração comercial de obras literárias, audiovisuais, fonográficas e de artes cênicas, visuais, digitais e similares.

Art. 21 - O Ministério da Cultura, em articulação com a CVM, definirá regras e procedimentos para captação e fiscalização de execução dos programas, projetos e ações culturais beneficiados com recursos do FICART:

CAPÍTULO IV  
DOS INCENTIVOS FISCAIS

Seção I  
Das Formas de Aplicação

Art. 22 - A Lei nº 24, de 1991, de 1991, exercem-se:

I - em favor do próprio contribuinte do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza, quando proprietário ou titular de bens móveis e imóveis tombados pelo União, e após cumprimento das exigências legais aplicáveis a bens tombados e mediante prévia apreciação pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, no valor das despesas efetuadas com o objetivo de conservar ou restaurar aqueles bens;

II - em favor de pessoas jurídicas contribuintes do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza, para compra de ingressos de espetáculos culturais e artísticos, desde que para distribuição gratuita em proveito de seus empregados e respectivos dependentes legais, obedecendo a critérios e serem definidos em ato do Ministério da Cultura;

Art. 23 - As opções previstas nos arts. 18 e 20 da Lei nº 9.313, de 1991, serão exercidas:

I - em favor do Fundo Nacional de Cultura, com destinação livre ou direcionada a programas, projetos e ações culturais específicos, sob a forma de doação, ou com destinação especificada pelo patrocinador, sob a forma de patrocínio;

II - em favor de programas, projetos e ações culturais apresentados por pessoas físicas ou jurídicas sem fins lucrativos, sob a forma de doação, abrangendo:

- a) numerário ou bens, para realização de programas, projetos e ações culturais; e
- b) numerário para aquisição de produtos culturais e ingressos para espetáculos culturais e artísticos; de distribuição pública e gratuita, conforme normas e serem estabelecidas em ato do Ministério da Cultura;

III - em favor de programas, projetos e ações culturais apresentados por pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem fins lucrativos, sob a forma de patrocínio, abrangendo:

- a) numerário ou a utilização de bens, para realização de programas, projetos e ações culturais; e
- b) numerário, para a cobertura de parte do valor unitário de produtos culturais e ingressos para espetáculos culturais e artísticos, conforme normas e critérios estabelecidos pelo Ministério da Cultura;

IV - em favor dos projetos culturais selecionados pelo Ministério da Cultura por meio de processo público de seleção, na forma estabelecida no art. 2º, e

V - em favor de projetos que tenham por objeto a valorização de artistas, mestres de culturas tradicionais, técnicos e estudiosos, com relevantes serviços prestados à cultura brasileira:

§ 1º - Os programas, projetos e ações culturais apresentados por órgãos integrantes da administração pública direta somente poderão receber doação ou patrocínio na forma prevista no inciso I:

§ 2º - É vedada a destinação de novo subsídio para e mesma atividade cultural em projeto já anteriormente submetido:

Art. 24 - Equiparam-se a programas, projetos e ações culturais os planos anuais de atividades consideradas relevantes para a cultura nacional, pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura:

I - de associações civis de natureza cultural, sem fins lucrativos, cuja finalidade estatutária principal seja dar apoio a instituições da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, no atendimento dos objetivos previstos no art. 3º da Lei nº 9.313, de 1991; e

II - de outras pessoas jurídicas de natureza cultural, sem fins lucrativos:

§ 1º - O valor a ser incentivado nos planos anuais será equivalente à estimativa de recursos a serem captados a título de doações e patrocínios, conforme constar da previsão anual de receita e despesa apresentada pelo proponente:

§ 2º - Os planos anuais submetem-se às mesmas regras de aprovação, execução, avaliação e prestação de contas aplicáveis aos programas, projetos e ações culturais incentivados:

Art. 25 - As despesas referentes aos serviços de captação dos recursos para execução de programas, projetos e ações culturais aprovados no âmbito da Lei nº 9.313, de 1991, serão detalhadas em planilha de custos, obedecendo os limites definidos em ato do Ministério da Cultura:

Parágrafo único - Os programas, projetos e ações culturais aprovados mediante a sistemática descrita no art. 5º não poderão realizar despesas referentes a serviços de captação de recursos:

Art. 26 - As despesas administrativas relacionadas aos programas, projetos e ações culturais que visem à utilização do mecanismo previsto neste Capítulo ficarão limitadas a quinze por cento do orçamento total do respectivo programa, projeto ou ação cultural:

Parágrafo único - Para efeito deste Decreto, entende-se por despesas administrativas aquelas excedentes na atividade-meio dos programas, projetos e ações culturais, excetuadas as gestões com previstas na planilha indispensáveis à execução das atividades-fim e a seus respectivos encargos sociais, desde que pagamentas na planilha de custos:

Art. 27 - Dos programas, projetos e ações realizados com recursos incentivados, total ou parcialmente, deverá constar formas para a democratização do acesso aos bens e serviços resultantes, com vistas a:

- I - tornar os preços de comercialização de obras ou de ingressos mais acessíveis à população em geral;
- II - proporcionar condições de acessibilidade a pessoas idosas, nos termos do art. 23 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 46 do Decreto nº 3.280, de 20 de dezembro de 1999;
- III - promover distribuição gratuita de obras ou de ingressos a beneficiários previamente identificados que atendam às condições estabelecidas pelo Ministério da Cultura; e
- IV - desenvolver estratégias de cultura que ampliem o acesso.

Parágrafo único - O Ministério da Cultura poderá autorizar outras formas de ampliação do acesso para atender a finalidades não previstas nos incisos I a IV, desde que devidamente justificadas pelo proponente nos programas, projetos e ações culturais apresentados:

Art. 28 - No caso de doação ou patrocínio de pessoas físicas e jurídicas em favor de programas e projetos culturais amparados pelo art. 19 da Lei nº 9.313, de 1991, o percentual de dedução será de até cem por cento do valor do incentivo, respetivos os limites estabelecidos na legislação do imposto de renda vigente e o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 25 de dezembro de 1995, não sendo permitida a utilização do referido montante como despesa operacional pela empresa incentivadora:

Art. 29 - Os valores transferidos por pessoa física a título de doação ou patrocínio, em favor de programas e projetos culturais enquadrados em um dos segmentos culturais previstos no art. 26 da Lei nº 9.313, de 1991, poderão ser deduzidos do imposto devido, na declaração de rendimentos relativa ao período de apuração em que for efetuadas a transferência de recursos, obedecendo os limites percentuais máximos de:

- I - oitenta por cento do valor das doações; e
- II - sessenta por cento do valor dos patrocínios.

Parágrafo único - O limite máximo das deduções de que tratam os incisos I e II é de seis por cento do imposto devido, nos termos do disposto no art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997:

Art. 30 - Observado o disposto no § 4º do art. 2º da Lei nº 9.249, de 1995, os valores correspondentes a doações e patrocínios realizados por pessoas jurídicas em favor de programas e projetos culturais enquadrados em um dos segmentos culturais previstos no art. 26 da Lei nº 9.313, de 1991, poderão ser deduzidos do imposto devido a cada período de apuração, nos limites percentuais máximos de:

- I - trinta por cento do valor das doações; e
- II - quinze por cento do valor dos patrocínios.

§ 1º - A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá lançar em seus registros contábeis, como despesa operacional, o valor total das doações e dos patrocínios efetuados no período de apuração de seus tributos:

§ 2º - O limite máximo das deduções de que tratam os incisos I e II do caput é de quatro por cento do imposto devido, nos termos do disposto no inciso II do art. 6º da Lei nº 9.532, de 1997:

III - Não constitui vantagem financeira ou material a destinação ao patrocinador de até dez por cento dos produtos resultantes do programa, projeto ou ação cultural, com a finalidade de distribuição gratuita promocional, consistente plano de distribuição a ser apresentado quando da inscrição do programa, projeto ou ação, desde que previamente autorizado pelo Ministério da Cultura:

Parágrafo único - No caso de haver mais de um patrocinador, cada um poderá receber produtos resultantes do projeto em quantidade proporcional ao investimento efetuado, respeitado o limite de dez por cento para o conjunto de incentivadores:

Art. 32 - O valor da renúncia fiscal autorizada no âmbito do PRONAC e a correspondente execução orçamentária financeira de programas, projetos e ações culturais deverão integrar o relatório anual de atividades:

Art. 33 - O Ministério da Cultura - O valor da renúncia de que trata o caput será registrado anualmente no demonstrativo de benefícios tributários da União para atestar as informações complementares à Lei Orçamentária Anual:

Art. 33 - Os programas, projetos e ações culturais a serem analisados nos termos do inciso II do art. 25 da Lei nº 9.313, de 1991, deverão beneficiar somente as produções culturais independentes:

Art. 34 - A CVM prestará informações ao Ministério da Cultura sobre a constituição dos FICART e seus respectivos agentes financeiros, inclusive quanto às suas áreas de atuação:

Parágrafo único - O Ministério da Cultura estabelecerá os critérios para avaliação das instituições referidas neste artigo:

Art. 35 - A aprovação do projeto será publicada no Diário Oficial da União, contendo, no mínimo, os seguintes dados:

- I - título do projeto;
- II - número de registro no Ministério da Cultura;
- III - nome do proponente e respectivo CNPJ ou GPF;
- IV - extrato da proposta aprovada pelo Ministério da Cultura;
- V - valor e prazo autorizados para captação dos recursos; e
- VI - enquadramento quanto às disposições de Lei nº 9.313, de 1991.

§ 1º - As instituições beneficiárias não poderão ressarcir-se de despesas efetuadas em data anterior à de publicação da portaria de autorização para captação de recursos:

§ 2º - O prazo máximo para captação de recursos coincidirá com o término do exercício fiscal em que foi aprovado o projeto:

§ 3º - No caso de renúncia parcial ou captação parcial dos recursos autorizados no prazo estabelecido, os programas, projetos e ações culturais poderão ser prorrogados, a pedido do proponente, nas condições e prazos estabelecidos no ato de prorrogação, de acordo com normas expedidas pelo Ministério da Cultura:

Art. 36 - Enquanto o Ministério da Cultura não se manifestar quanto ao pedido de prorrogação, fica o proponente obrigado a manter em conta bancária específica, aberta em instituição financeira oficial, de abrangência nacional, credenciada pelo Ministério da Cultura:

Art. 37 - O controle do fluxo financeiro entre os incentivadores e seus beneficiários estabelecer-se-á por meio do cruzamento das informações prestadas ao Ministério da Cultura, por parte de cada um deles, de modo independente:

CAPÍTULO V  
DA COMISSÃO NACIONAL DE INCENTIVO À CULTURA

Art. 38 - Compete à Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, instituída pelo art. 32 da Lei nº 9.313, de 1991:

I - subsidiar, mediante parecer técnico fundamentado do relator designado, nas decisões do Ministério da Cultura quanto aos incentivos fiscais e ao enquadramento dos programas, projetos e ações culturais nas finalidades e objetivos previstos na Lei nº 9.313, de 1991, observado o plano anual do PRONAC;

II - subsidiar na definição dos projetos culturais não previstos expressamente nos Capítulos III e IV da Lei nº 9.313, de 1991;

III - analisar, por solicitação do seu presidente, as ações consideradas relevantes e não previstas no art. 2º da Lei nº 9.313, de 1991:

IV - fornecer subsídios para avaliação do PRONAC, propondo medidas para seu aperfeiçoamento:

V - emitir parecer sobre recursos apresentados contra decisões desfavoráveis à aprovação de programas e projetos culturais apresentados;

VI - emitir parecer sobre recursos contra decisões desfavoráveis quanto à avaliação e prestação de contas de programas, projetos e ações culturais realizados com recursos de incentivos fiscais;

VII - apresentar subsídios para a elaboração de plano de trabalho anual de incentivos fiscais, com vistas à aprovação do plano anual do PRONAC;

VIII - subsidiar na aprovação dos projetos de que trata o inciso V do art. 23; e

IX - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo seu presidente:

§ 1º - O presidente da Comissão poderá deliberar ad referendum do colegiado, independentemente do oferecimento prévio dos subsídios e que se referem este artigo:

§ 2º - As deliberações de Comissão serão adotadas por maioria simples, cabendo ao seu presidente utilizar, além do seu voto, o de qualidade, para fins de desempate:

Art. 39 - São membros da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura:

- I - o Ministro de Estado da Cultura, que a presidirá;
- II - os presidentes de cada uma das entidades vinculadas ao Ministério da Cultura;
- III - o presidente de entidade nacional que congrega os Secretários de Cultura das unidades federadas;
- IV - um representante do empresariado nacional; e
- V - seis representantes de entidades associativas de setores culturais e artísticos, de âmbito nacional:

§ 1º - Os membros referidos nos incisos I a III indicarão seus respectivos primeiro e segundo suplentes, que os substituirão em suas ausências e impedimentos legais e eventuais:

§ 2º - Os membros e seus respectivos primeiro e segundo suplentes referidos nos incisos IV e V terão mandato de dois anos, permitindo uma única recondução, sendo o processo de sua indicação estabelecido em ato específico do Ministro de Estado da Cultura, obedecendo os critérios estabelecidos neste Decreto:

§ 3º - A Comissão poderá constituir grupos técnicos e a finalidade de assessora-la no exercício de suas competências:

Art. 40 - O Ministério da Cultura prestará o apoio técnico e administrativo aos trabalhos da Comissão: